

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E ANÁLISE PARA A GESTÃO DA POLÍTICA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO RIO GRANDE DO SUL

**Boletim de Monitoramento Conjuntural dos Indicadores das
Atividades Econômicas e do Emprego**

APL Setor Metalmeccânico Pós-Colheita

Termo de Contrato Nº. 017/2013 - DIEESE e AGDI

DEZEMBRO DE 2013



DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**EXPEDIENTE DA AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO
INVESTIMENTO**

Tarso Genro

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Mauro Knijnik

Secretário de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI):

Ivan De Pellegrin

Diretor-presidente

Diretoria de Produção e Inovação:

Sérgio Kapron

Diretor

Natanael Mücke

Diretor-adjunto

Luana Collet

Coordenadora do Projeto de Fortalecimento dos APLs

Equipe técnica:

Daian Douglas Paiva de Souza

Fernando Schardong

Gisela Schuler

Heloisa Helena Weber

Ibes Eron Alvez Vaz

José Carlos Mello Mendes

Karla Ribeiro Studzinski

Luiz Gilberto Monclaro Mury

Mariana Bonelli

Murilo Freire

Pedro Santos Coelho de Souza

Raquel Zini Wondracek

Sandra Beatriz de Aguiar

Valquíria Meireles Tyska

Estagiários:

Bernhard Schlee

Juliana Mastrascusa Espíndola

AGDI - Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

End: Travessa Francisco de Leonardo Truda, 40 - 23º andar –

Centro - Porto Alegre - RS. CEP- 90.010-050

Contatos: imprensa@sdpi.rs.gov.br - Tels: +55 (51) 3288-1000 (Geral)

info@agdi.rs.gov.br - + 55 (51) 3079-7000

**EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS – DIEESE**

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais
Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical
Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Coordenação Geral do Projeto

Angela Schwengber – Supervisora dos Observatórios do Trabalho
Fernando Adura Martins – Supervisor do Núcleo de Produção de Informação
Ricardo Franzoi - Supervisor do Escritório Regional do Rio Grande do Sul
Anelise Manganeli - Técnica Responsável pelo Projeto
Adriana Jungbluth, Fernando Murta Ferreira Duca e Patrícia Laczynski -Técnicos do Projeto

Equipe Executora
DIEESE

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Rua Aurora, 957 – 1º andar - Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001
Fone: (11) 3821 2199 – Fax: (11) 3821 2179
E-mail: institucional@dieese.org.br
<http://www.dieese.org.br>

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
NOTA METODOLÓGICA.....	6
INTRODUÇÃO.....	9
1. ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÔMICA DO APL METALMECÂNICO PÓS-COLHEITA.....	11
2. A RELEVÂNCIA DO APL METALMECÂNICO PÓS-COLHEITA.....	11
3. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO NO APL	15
3.1. COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL UMA ANÁLISE COMPARATIVA.....	16
3.2. COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL POR MUNICÍPIOS, ATIVIDADE ECONÔMICA E TAMANHO DO ESTABELECIMENTO	16
3. OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO APL METALMECÂNICO PÓS-COLHEITA.....	29
REFERÊNCIAS	33
GLOSSÁRIO	34

APRESENTAÇÃO

O presente documento configura-se no Relatório intitulado: “*Boletim de Monitoramento Conjuntural dos Indicadores das Atividades Econômicas e do Emprego - APL Metalmeccânico Pós-colheita*”, produto previsto no plano de atividades do projeto: Elaboração de Instrumentos de Monitoramento e Análise para a Gestão da Política de Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Sul, parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, e a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI, formalizada através do Contrato nº. 17/2013, firmado no mês de setembro de 2013.

Por ser o primeiro de cinco relatórios de análise conjuntural do mercado de trabalho e atividades econômicas do APL Metalmeccânico Pós-colheita, é realizada uma caracterização da estrutura do mercado de trabalho do APL, antes de prosseguir com a análise conjuntural. Dessa forma, esse relatório está dividido em três partes, além dessa Apresentação, Nota Metodológica, Introdução, Conclusão, Glossário de Termos e Glossário de Famílias Ocupacionais, são elas: (1) Análise da estrutura do mercado de trabalho e atividades econômicas do APL, (2) Análise Conjuntural do emprego e (3) Análise dos Microempreendedores Individuais no APL.

Na parte 1, é realizada uma análise sucinta da estrutura recente desse mercado, considerando os municípios e as atividades econômicas que compõem o APL. Cabe salientar que no escopo do Projeto está prevista a elaboração de um relatório sobre a estrutura e evolução das atividades econômicas e do trabalho, num período recente, cuja referência será a última década¹, e, portanto, este relatório permitirá aprofundar a análise da estrutura produtiva e do mercado de trabalho do APL.

A parte 2 inicia traçando um panorama da dinâmica do mercado de trabalho e das atividades econômicas, no que tange ao comportamento das admissões e desligamentos e do saldo de vagas no período acumulado de janeiro a agosto², comparando o APL com outros recortes geográficos e com o mesmo período de anos anteriores, que permitam uma análise de desempenho do APL. Em seguida, realiza-se uma análise específica do comportamento do mercado de trabalho, verificando o desempenho por perfil dos trabalhadores segundo

¹ Produto número 1.4 do projeto.

² Último mês disponível durante a elaboração deste relatório.

atributos e dos vínculos de emprego, tempo médio de permanência no emprego, saldo por tamanho de estabelecimento, e salário médio.

A parte 3 traz informações sobre os Microempreendedores individuais, e analisa as características desta forma de inserção produtiva no APL bem como sua distribuição segundo as atividades e o território do APL.

NOTA METODOLÓGICA

Para a elaboração de análises de Arranjos Produtivos Locais se faz necessário a utilização de uma delimitação desse Arranjo, de modo que, oriente o levantamento, e conseqüentemente, a análise das informações pesquisadas. Todas as delimitações utilizadas no escopo do Projeto, do qual se insere esse relatório, seguem aquelas adotadas pelo Programa de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais do estado do Rio Grande do Sul que possui a seguinte premissa: *“o governo não cria APLs, e sim, apoia a auto-organização das empresas, produtores, comunidades e instituições em arranjos produtivos locais”*³.

As delimitações dos APL, no estado do Rio Grande do Sul, no escopo da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, do qual faz parte o Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais se faz necessário a obtenção do reconhecimento do APL. Para obter esse reconhecimento é necessário que os atores se organizem e elaborem uma série de documentos⁴, e de acordo com a Lei n. 13.839 de 5 de dezembro de 2011, e, compete ao Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APLs (NEAT)⁵ definir os requisitos que habilitam a inclusão do APL no Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos locais, dentre eles a validação da delimitação dos municípios e das Atividades Econômicas. As delimitações para o APL Metalmeccânico Pós-colheita estão descritas no Anexo 1 deste relatório.

Sabendo que a análise da estrutura econômica é fundamental para o entendimento da dinâmica do APL, e que embora não seja o objetivo principal desse relatório, considerou-se pertinente apresentar os dados mais gerais, para situar o contexto econômico no qual se insere

³ Informações disponíveis no Portal da AGDI através do link: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=909> Acesso em 02/12/2013.

⁴ Para obter detalhes sobre o processo de reconhecimento de um APL, acesse: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=914>. Acesso em: 02/12/2013.

⁵ O Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APLs – NEAT –, coordenado pela AGDI, é composto por órgãos da Administração Direta e Indireta e representantes de instituições executoras de projetos e ações que promovam o fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais.

o APL. Por essa razão é apresentada uma caracterização da economia do APL Metalmeccânico Pós-colheita, por meio da análise dos dados mais recentes no que se refere à população e ao Produto Interno Bruto (PIB) do território do Arranjo, ambos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através do Censo Demográfico e das Contas Nacionais, respectivamente. Em relação à estrutura do mercado de trabalho, é apresentado um mapeamento dos estabelecimentos e dos vínculos de trabalho ativos em 31 de dezembro de 2012 (dados mais recentes divulgados), a partir dos dados constantes na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Para as análises da conjuntura do mercado de trabalho no APL, a base de dados utilizada foi o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), registro administrativo que apresenta as admissões e desligamentos dos vínculos celetistas, e, portanto, adequada para a análise conjuntural (de fluxo), uma vez que as informações estão disponíveis mensalmente.

É importante salientar que, a partir de janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego passou a divulgar mensalmente o resultado do saldo de vagas do CAGED com as informações de movimentações de admissão e de desligamento declaradas fora do prazo de competência, o que requer cautela na análise dos dados. Anteriormente, tais informações eram divulgadas apenas no final de cada ano. Após diversas simulações realizadas com as informações deste registro, observou-se que, em geral, metade das declarações do CAGED, entregues fora de prazo pelas empresas, ocorre até o primeiro mês subsequente ao prazo legal de entrega. Com o intuito de melhor descrever a realidade a partir das informações disponíveis, optou-se por incorporar nas análises baseados nos saldos do CAGED - os dados ajustados (ou seja, as declarações fora de prazo), demarcando a extração sempre após a divulgação pelo Ministério do Trabalho, de pelo menos um mês após o período de referência da análise. Para superar essas questões, cada uma das tabelas e/ou gráficos apresentados nesse relatório, a partir da base do CAGED apresentam a data da extração da informação.

Em busca de propiciar uma análise comparativa do APL foram levantadas e sistematizadas informações para o Estado do Rio Grande do Sul e para anos anteriores a 2013. Quando a comparação dos dados do APL é feita com o estado, deve se considerar somente as mesmas atividades econômicas do APL de referência, levando em apenas os municípios que não fazem parte do APL, o que elimina o viés de comparação. A análise conjuntural pauta-se no período que compreende os meses de janeiro a agosto de 2011, 2012 e 2013.

Na última seção são apresentados os dados extraídos do Portal do Empreendedor com as informações relativas ao Microempreendedor Individual - MEI que é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Vale esclarecer que, para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

Os dados relativos aos empreendedores individuais aqui apresentados referem-se à totalidade de dados disponíveis no Portal do Empreendedor, elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, que representa registros de 2009 a 2013. Cada uma das tabulações constantes nesse relatório apresenta a data exata da extração dos dados, visto que essa é uma base atualizada diariamente.

INTRODUÇÃO

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) são reconhecidamente um mecanismo fundamental para o desenvolvimento regional, de forma que são valorizados no âmbito da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico do estado, do adensamento de cadeias e arranjos produtivos locais, da cooperação entre empresas e destas com instituições do cooperativismo, da economia popular e solidária, da autogestão, do aprendizado coletivo, da inovação e da cultura exportadora (Lei 13.839 de 5 de dezembro de 2011). Portanto, os APLs vêm ganhando espaço dentro do debate para as formulações de políticas públicas de desenvolvimento e nos espaços acadêmicos, nos últimos tempos. Passou a figurar com maior frequência nas políticas públicas de governos estaduais e do governo federal. Apesar do nível da importância e do papel dos APLs para o desenvolvimento regional ainda ser motivo de discordância, há consenso de que estes são indutores eficientes para tal.

Independente do marco teórico utilizado para se conceituar um agrupamento espacial de empresas ligadas a um mesmo setor econômico – *clusters*, aglomerações produtivas, arranjos produtivos, distritos industriais, – o importante é a busca por se caracterizar e analisar um fenômeno real determinado, que assume diferentes formas a depender da situação específica onde se manifesta.

Neste trabalho utilizar-se-á o termo APL para descrever tal agrupamento, em consonância com a política pública do estado. Segundo Guerrero e Conceição (2011), um APL pode ser descrito, de maneira geral, como uma aglomeração geográfica de empresas setorialmente especializadas em determinado local/região que possuem uma série de interdependências, interações e intercâmbios tangíveis e intangíveis; intencionais e não intencionais; comercializáveis e não comercializáveis, que se dão notadamente no plano de informações, conhecimentos, competências e experiências.

Os APLs, entretanto, não são delimitados pelas fronteiras geográficas dos municípios em que se encontram mais fortemente aglomerados. Suas fronteiras emergem de interações estabelecidas entre produtores de um setor com outros produtores, fornecedores, prestadores de serviço de atividades correlatas e articuladas a uma atividade econômica principal no município e na região. Da mesma forma, suas “fronteiras” emergem, principalmente, das

interações entre produtores e instituições públicas e privadas de apoio do arranjo que possibilitam uma miríade de ações verticais e horizontais. Contudo, não há que se confundir - interações com efeitos de encadeamento, tanto de oferta quanto de demanda. O simples fato de uma atividade econômica (exemplo: têxtil) gerar estímulo indireto em outra (exemplo: cultivo de algodão) não as torna um APL, ou mesmo que uma delas deva ser incluída em APL constituído pelo setor econômico da outra. A dimensão das interdependências, juntamente com a expressiva concentração espacial, é fundamental para a caracterização de um APL enquanto tal. Um grande número de empresas de um mesmo setor, agrupadas geograficamente, necessitam de interações mútuas para serem compreendidas enquanto um APL.

Estas questões de ordem teórico-conceitual são relevantes para se avançar em uma melhor compreensão de tal fenômeno e do estudo de seus formatos específicos. Somente desta forma se pode discutir sua importância, limites e possibilidades de agir enquanto um sistema indutor do desenvolvimento regional. Os APLs são classificados de acordo com suas diversas características (grau de inovação, competitividade, organização, cooperação concentração, tamanho) para serem agrupados em tipos específicos que explicitem tais características. Este agrupamento tem como objetivo o desenho de políticas públicas que melhor atendam as especificidades de cada tipo.

Como parte do projeto, esse relatório, deve contribuir para a avaliação das atividades econômicas e do trabalho no agrupamento específico - APL Metalmeccânico Pós-colheita -, visto que, apresenta dados conjunturais que auxiliam no monitoramento e podem orientar ações no âmbito da política pública.

1. ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÔMICA DO APL METALMECÂNICO PÓS-COLHEITA

Localizado no noroeste do Rio Grande do Sul, o APL Metalmecânico Pós-Colheita começou a se articular em 2003 com a sensibilização e busca da participação dos empresários.⁶ Com três municípios dentro de suas delimitações, as atividades econômicas do APL estão inseridas basicamente na indústria metalmeccânica (e alguns serviços subsidiários), e com menor participação nas indústrias de plásticos, eletroeletrônica, elétrica e de construção civil. Em conjunto, os municípios que compõem o APL possuem população de 53.43 habitantes (0,5% do total do estado) e Produto Interno Bruto (PIB) de pouco mais de 1,43 bilhão de reais (0,6% do total do estado), além de 3.678 estabelecimentos (0,5% do total) e 17 mil vínculos empregatícios (0,6% do total).

1.1. A RELEVÂNCIA DO APL METALMECÂNICO PÓS-COLHEITA

Em relação às atividades econômicas específicas do APL, o conjunto de municípios possuía 302 estabelecimentos ao final de 2012 (1,9% do total do estado) e 7.112 vínculos empregatícios ativos em 31/12 (3,7% do total do estado). Os dados se encontram na Tabela 1.

TABELA 1
Variáveis Seleccionadas
APL Metalmecânico Pós-colheita, 2010 e 2012

Municípios do APL	PIB (2010) ⁽¹⁾		População (2010) ⁽²⁾		Estabelecimentos Totais (2012) ⁽³⁾		Vínculos Totais (2012)		Estabelecimentos no APL (2012)		Vínculos no APL (2012)	
	R\$mil	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)
Condor	169.800	11,9	6.552	12,3	448	12,2	1.439	8,4	29	9,6	214	3,0
Panambi	999.966	69,9	38.058	71,2	2.652	72,1	13.950	81,8	252	83,4	6.841	96,2
Santa Bárbara do Sul	261.815	18,3	8.829	16,5	578	15,7	1.660	9,7	21	7,0	57	0,8
Total	1.431.581	100,0	53.439	100,0	3.678	100,0	17.049	100,0	302	100,0	7.112	100,0
Rio Grande do Sul	252.482.597	-	10.693.929	-	710.414	-	2.993.031	-	16.180	-	193.559	-
Total/Rio Grande do Sul	-	0,6	-	0,5	-	0,5	-	0,6	-	1,9	-	3,7

Fonte: IBGE/Censo IBGE/Departamento de contas nacionais MTE/RAIS

Elaboração: DIEESE

(1) Informações relativas ao PIB mais recentes divulgadas referem-se ao ano de 2010.

(2) Informações relativas à população mais recentes divulgadas referem-se ao ano de 2010.

(3) Informações relativas a estabelecimentos e vínculos de emprego mais recentes são relativas ao ano de 2012.

Estes dados analisados nos parágrafos acima sinalizam a posição que o APL ocupa dentro do território dos municípios e do estado, cabe agora tratar de sua concentração produtiva, que é, inclusive, um dos principais atributos que um APL deve apresentar. Como ressaltam Guerrero e Conceição (2011), a literatura a respeito do tema adota o conceito de *quociente locacional* (QL), um indicador utilizado para comparar duas estruturas setoriais-espaciais, para indicar o quanto uma determinada atividade econômica é concentrada em uma região, em comparação

⁶ Maiores informações sobre a criação do APL e o apoio do Estado, acessar:

http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1345731855_Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20-%20APL%20Metalmecanico%20Pos%20Colheita.pdf. Acesso em: 02/12/2013.

com outra. O QL é a razão entre duas estruturas econômicas: no numerador tem-se a economia em estudo, e no denominador uma economia de referência⁷. Costumeiramente a economia de referência utilizada é o país, contudo, devido à grande heterogeneidade regional do Brasil, utilizar o país como economia de referência no estudo poderia sugerir uma concentração produtiva “superestimada”. Além disto, como projeto está voltado para estudar os APL do Rio Grande do Sul, estes devem ser comparados com a economia do estado, e não do país. Portanto, decidiu-se pela utilização do Rio Grande do Sul como economia de referência. Os dados utilizados para o cálculo do QL se encontram na Tabela 1. Os valores encontrados foram de 3,6 para o QL estabelecimentos e 6,5 para o QL vínculos⁸. Como ressaltam Guerrero e Conceição (2011), parte importante da literatura sobre APL considera que um QL superior 1 pode ser utilizado para indicar um APL. Esta literatura, como já ressaltado, utiliza o Brasil como a economia de referência para o cálculo do QL o que, se comparado com o QL calculado aqui, “superestima” o valor do indicador. Cabe ainda ressaltar que o QL dificilmente é utilizado como único indicador de APL, geralmente outras características são levadas em conta. Alguns estudos definem um número mínimo de estabelecimento para que um agrupamento possa ser considerado como um APL, como é o caso de Guerrero e Conceição (2011).

Esta primeira parte da análise se dedicou a analisar a relevância do APL para a economia estadual, a partir desse ponto, a análise se volta para a estrutura interna do APL, ainda utilizando os dados da Tabela 1. O APL Metalmeccânico possui somente três municípios no seu território, sendo que parte expressiva dos estabelecimentos e dos trabalhadores se concentra no município de Panambi, que corresponde a 70% da população, 71,2% do PIB, 72,1% dos estabelecimentos totais e 81,2% dos trabalhadores totais do conjunto de municípios.

Em relação exclusivamente às atividades econômicas do APL, a concentração se incrementa, chegando a 83,4% dos estabelecimentos e 96,2% dos vínculos empregatícios. Já em relação

⁷ Segundo Brasil (s.d.), o QL é calculado pela seguinte expressão: $(\sum Est_{i,j} / \sum Est_j) / (\sum Est_{i,k} / \sum Est_k)$. Onde: $\sum Est_{i,j}$ é o número de estabelecimentos que atuam nas atividades i na região do APL j; $\sum Est_j$ é o número total de estabelecimentos localizados na região do APL j; $\sum Est_{i,k}$ é o número de estabelecimentos que atuam nas atividades i do APL na região de referência k; $\sum Est_k$ o número total de estabelecimentos da região k. Quanto maior o valor do quociente maior a especialização da estrutura empresarial do APL em relação à da região de referência. Cabe lembrar que o QL pode ser calculado para outras variáveis além do número de estabelecimentos, como por exemplo, número de postos de trabalho.

⁸ O valor do QL superior a 1 indica especialização produtiva no território de análise superior ao território de referência

ao peso das atividades do APL para o território, tem-se que tais atividades representam 41,7% dos empregos e 8,2% dos estabelecimentos do território (Tabela 1).

Outra perspectiva de análise relevante é a concentração do emprego e dos estabelecimentos entre as diferentes atividades econômicas que compõem o APL – organizadas segundo classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE) – cujos dados estão sistematizados na Tabela 1. Em relação aos estabelecimentos, percebe-se que estes estão concentrados, sobretudo na indústria mecânica, com as atividades de *Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação* (17% dos estabelecimentos do APL) e *Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica* (15,2%), e na construção civil com a atividade de *Construção de edifícios* (24,5%). O restante dos estabelecimentos está distribuído nas outras atividades da indústria metalmeccânica que compõem o APL, na indústria de plásticos e eletroeletrônica, sem nenhuma delas apresentar concentração relevante. A distribuição dos postos de trabalho apresenta situação diversa, com concentração elevada na indústria mecânica, com a atividade de *Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação* (71,9% do total de trabalhadores formais do APL). O restante das ocupações encontra-se distribuída sem nenhuma concentração relevante, o que chama atenção, já que *Construção de edifícios* responde por 24,5% dos estabelecimentos e apenas 2,9% dos vínculos.

TABELA 2
Estoque e Participação (%) de estabelecimentos e vínculos segundo atividade econômica APL Metalmeccânico Pós-colheita, 2012

Classe de Atividade Econômica	Estabelecimentos		Vínculos	
	N. Abs.	(%)	N. Abs.	(%)
Fabricação de Artefatos de Material Plástico não Especificados Anteriormente	6	2,0	64	0,9
Fabricação de Estruturas Metálicas	17	5,6	43	0,6
Fabricação de Esquadrias de Metal	16	5,3	26	0,4
Fabricação de Obras de Caldeiraria Pesada	1	0,3	9	0,1
Produção de Artefatos Estampados de Metal	3	1,0	2	0,0
Serviços de Usinagem, Solda, Tratamento e Revestimento em Metais	9	3,0	25	0,4
Fabricação de Artigos de Serralheria, Exceto Esquadrias	18	6,0	113	1,6
Fabricação de Ferramentas	0	0,0	0	0,0
Fabricação de Embalagens Metálicas	1	0,3	8	0,1
Fabricação de Produtos de Metal não Especificados Anteriormente	5	1,7	0	0,0
Fabricação de Componentes Eletrônicos	1	0,3	42	0,6
Fabricação de Aparelhos e Equipamentos de Medida, Teste e Controle	5	1,7	77	1,1
Fabricação de Aparelhos e Equipamentos para Distribuição e Controle de Energia Elétrica	12	4,0	593	8,3
Fabricação de Máquinas, Equipamentos e Aparelhos para Transporte e Elevação de Cargas e Pessoas	3	1,0	476	6,7
Fabricação de Máquinas e Equipamentos de Uso Geral não Especificados Anteriormente	8	2,6	89	1,3
Fabricação de Máquinas e Equipamentos para a Agricultura e Pecuária, Exceto para Irrigação	51	16,9	5.115	71,9
Fabricação de Máquinas-Ferramenta	2	0,7	2	0,0
Fabricação de Máquinas para a Indústria Metalúrgica, Exceto Máquinas-Ferramenta	6	2,0	3	0,0
Fabricação de Máquinas e Equipamentos para Uso Industrial Específico não Especificados Anteriormente	5	1,7	121	1,7
Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos da Indústria Mecânica	46	15,2	54	0,8
Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais	13	4,3	47	0,7
Construção de Edifícios	74	24,5	203	2,9
Total	302	100	7.112	100

Fonte: MTE/RAIS

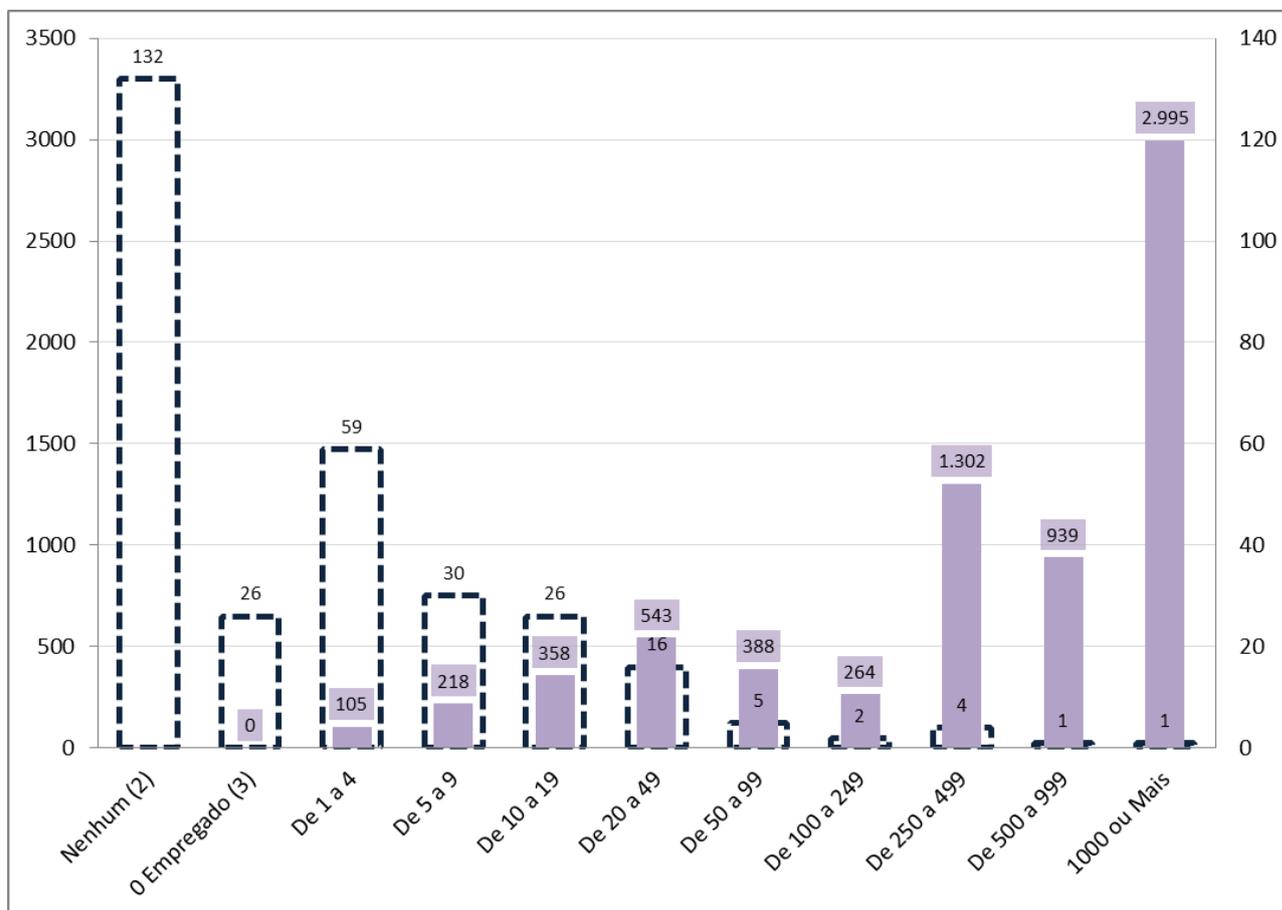
Elaboração: DIEESE

Na análise da distribuição dos estabelecimentos segundo tamanho no APL, Gráfico 1 abaixo, verifica-se a predominância de estabelecimentos com menos de 20 empregados. De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para o ano de 2012 houveram 132 estabelecimentos sem empregados⁹ que representaram 43,7% do total. Além destes, houveram 26 estabelecimentos que apresentaram vínculo empregatícios ao longo do ano, mas em 31/12 não possuíam nenhum vínculo ativo. Os estabelecimentos com 0¹⁰ a 19 empregados responderam por 46,7% do total, sendo 19,5% somente dos estabelecimentos com 1 a 4 empregados. Sendo assim, as empresas sem nenhum empregado e aquelas com 0 a 19 empregados totalizaram 90,4% do total. Em relação à distribuição dos trabalhadores segundo o tamanho do estabelecimento, a situação é, grosso modo, o inverso daquela encontrada para a distribuição dos estabelecimentos. O único estabelecimento com mais de 1.000 empregados responde por 42,1% dos vínculos totais do APL. Se considerarmos apenas os estabelecimentos com mais de 100 empregados, estes respondem por 77,3% dos vínculos. Já os estabelecimentos com 1 a 19 empregados respondem por 9,6%.

⁹ Estabelecimentos que não apresentaram nenhum vínculo empregatício ao longo do ano.

¹⁰ Estabelecimentos que apresentaram algum vínculo empregatício ao longo do ano, mas que não possuíam nenhum ativo em 31/12.

GRÁFICO 1
Número de estabelecimento e vínculos⁽¹⁾ segundo tamanho do estabelecimento
APL Metalmeccânico Pós-colheita, 2012



Fonte: MTE/RAIS
 Elaboração: DIEESE

Notas:

(1) Total de vínculos ativos em 31/12

(2) Representam estabelecimentos que não empregaram no ano.

(3) Representam estabelecimentos que em 31/12 não possuíam nenhum vínculo ativo, mas que, tiveram trabalhadores empregados durante o ano.

2. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO NO APL

A presente seção tem como foco a análise do saldo (admissões subtraídas das demissões) de emprego acumulado entre janeiro a agosto de 2013. Para efeito de comparação, os saldos dos vínculos empregatícios no APL serão analisados frente aos saldos totais das atividades econômicas do APL no estado do Rio Grande do Sul e Brasil. Em um segundo momento, os

saldos do APL serão analisados levando em consideração as características dos trabalhadores e das vagas.

2.1. COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Em relação aos números do saldo de emprego do Brasil para as atividades selecionadas, percebe-se seu movimento de contínua desaceleração, com uma diminuição no crescimento no número de vínculos empregatícios de -30,4% entre os anos de 2011 e 2012 e -28,9% entre 2012 e 2013. A criação de empregos diminuiu de quase 164 mil, registrado em 2011, para pouco mais de 81 mil em 2013. O estado já apresenta resultado diferente. De 2011 para 2012, há decréscimo na criação de vínculos; situação que se reverte de 2012 para 2013 quando o saldo é praticamente igual ao de 2011 (14.333 e 14.365, respectivamente). Já o APL apresentou saldo positivo de 503 vínculos em 2011, seguido por um saldo negativo de 421 vínculos em 2012 (inclusive, o APL foi a única das três regiões que apresentou saldo negativo), situação mais do que compensada em 2013, quando registrou saldo positivo de 1.153. Nota-se que apenas para o APL o ano de 2013 foi superior ao ano de 2011. Outro ponto relevante é o fraco desempenho do ano de 2012 para todas as regiões.

TABELA 3
Saldo de empregos formais, atividades do APL
APL Metalmeccânico Pós-colheita, jan a ago de 2011, 2012 e 2013

Região	2011	2012	2013	Varição (em %) 2011/2012	Varição (em %) 2012/2013
Brasil	163.961	114.168	81.226	-30,4	-28,9
Rio Grande do Sul	14.365	8.970	14.333	-37,6	59,8
APL Metalmeccânico	503	-421	1.153	(1)	(1)

Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: DIEESE

(1) Embora seja possível matematicamente calcular a variação entre saldo positivo e negativo, por se tratarem de resultados de natureza completamente distintas, optou-se por não se realizar esse tipo de relação.

2.2. COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL POR MUNICÍPIOS, ATIVIDADE ECONÔMICA E TAMANHO DO ESTABELECIMENTO

Esta parte é dedicada a analisar como o saldo de emprego do APL Pós-colheita é distribuído internamente, ou seja, em relação aos seus municípios, atividades e tamanhos de

estabelecimento¹¹. Em relação aos municípios, como mostra a Tabela 4, pode ser destacado o papel de relevância de Panambi para o conjunto. Inclusive os saldos deste município sempre estão no mesmo sentido do saldo total do APL. Em 2013, como pode ser visto, o APL apresentou o maior saldo do período, sendo que Panambi respondeu por quase a totalidade do saldo do APL. Além do mais, foi o único ano que Condor apresentou saldo positivo

TABELA 4
Saldo de empregos formais por municípios do APL
APL Metalmeccânico Pós-colheita, jan a ago de 2011, 2012 e 2013

Município	2011	2012	2013
Condor	-34	-61	5
Panambi	530	-365	1.152
Santa Barbara do Sul	7	5	-4
Total	503	-421	1.153

Fonte: MTE/CAGED
Elaboração: DIEESE

A distribuição do saldo entre as atividades econômicas se dá concentrada basicamente entre *Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto irrigação* (em 2013 o saldo de empregos desta atividade foi equivalente a 72,2% do saldo do total das atividades do APL), *Fabricação de Máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente* (126) *Fabricação de Máquinas e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica* (110). *Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto irrigação* e *Fabricação de Máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente* tem o desempenho muito semelhante, só modificando a magnitude dos saldos. Já *Fabricação de Máquinas e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica* apresenta saldo positivo e crescente em todos os anos. Ainda, *Fabricação de Obras de Caldeiraria pesada* é a única atividade a apresentar saldo negativo em todos os anos, apesar de sua magnitude ser decrescente.

¹¹ O tamanho do estabelecimento é definido, para os propósitos deste trabalho, pelo número de vínculos ativos que possui.

TABELA 5
Saldo de empregos formais por atividades econômicas do APL
APL Metalmeccânico Pós-colheita, jan a ago de 2011, 2012 e 2013

Classe de Atividade Econômica	2011	2012	2013
Fabricação de Artefatos de Material Plástico não Especificados Anteriormente	6	2	18
Fabricação de Estruturas Metálicas	10	-7	22
Fabricação de Esquadrias de Metal	1	-2	1
Fabricação de Obras de Caldeiraria Pesada	-22	-15	-1
Produção de Artefatos Estampados de Metal	1	0	1
Serviços de Usinagem, Solda, Tratamento e Revestimento em Metais	9	-3	0
Fabricação de Artigos de Serralheria, Exceto Esquadrias	35	2	6
Fabricação de Ferramentas	0	0	0
Fabricação de Embalagens Metálicas	0	0	7
Fabricação de Produtos de Metal não Especificados Anteriormente	-1	-1	0
Fabricação de Componentes Eletrônicos	0	13	3
Fabricação de Aparelhos e Equipamentos de Medida, Teste e Controle	19	-4	5
Fabricação de Aparelhos e Equipamentos para Distribuição e Controle de Energia Elétrica	9	71	110
Fabricação de Máquinas, Equipamentos e Aparelhos para Transporte e Elevação de Cargas e Pessoas	47	-5	126
Fabricação de Máquinas e Equipamentos de Uso Geral não Especificados Anteriormente	-12	2	2
Fabricação de Máquinas e Equipamentos para a Agricultura e Pecuária, Exceto para Irrigação	408	-481	832
Fabricação de Máquinas-Ferramenta	1	0	2
Fabricação de Máquinas para a Indústria Metalúrgica, Exceto Máquinas-Ferramenta	0	-1	0
Fabricação de Máquinas e Equipamentos para Uso Industrial Específico não Especificados Anteriormente	-13	-2	8
Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos da Indústria Mecânica	-4	7	1
Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais	-10	0	17
Construção de Edifícios	19	3	-7
	503	-421	1.153

Fonte: MTE/CAGED
 Elaboração: DIEESE

Em relação ao tamanho dos estabelecimentos (Tabela 6), percebe-se que os maiores saldos estão concentrados nos estabelecimentos com mais de 250 empregados (em 2013, 788 vínculos para um total de 1.153). Estes estabelecimentos também apresentam desempenho semelhante, apresentando o maior saldo em 2013 e o pior em 2011 (inclusive este é o desempenho da maior parte das categorias de classificação), sendo que a faixa de tamanho de 1.000 ou mais empregados apresenta saldo negativo de -377 para um saldo negativo total de -421. Contudo, é a faixa com até quatro vínculos que possui o desempenho mais estável, com saldos positivos em todos os anos e pequena variabilidade.

TABELA 6
Saldo de empregos formais por atividades segundo tamanho do estabelecimento APL
APL Metalmeccânico Pós-colheita, jan a ago de 2011, 2012 e 2013

Faixa de Tamanho do Estabelecimento	2011	2012	2013
Até 4	68	44	44
De 5 a 9	8	-2	-1
De 10 a 19	13	-22	19
De 20 a 49	-3	-2	101
De 50 a 99	61	-29	5
De 100 a 249	30	1	60
De 250 a 499	45	-34	279
De 500 a 999	187	0	305
1000 ou mais	94	-377	341
Total	503	-421	1.153

Fonte: MTE/CAGED
 Elaboração: DIEESE

2.3. COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL SEGUNDO CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES E DAS VAGAS

A partir da análise do saldo de vagas entre os meses de janeiro e agosto de 2013 verifica-se que os homens apresentam maiores saldos (941 em 2013) se comparados às mulheres (212). Em comparação com o ano de 2012, quando houve um saldo negativo total de -421 vagas, 316 dessas vagas extintas eram ocupadas por homens, enquanto 105 eram ocupadas por mulheres. De modo geral, o saldo de vagas tem sido ocupado mais por homens (Tabela 7).

Em relação ao nível de escolaridade, os maiores saldos para o período analisado, em 2013, são verificados entre os trabalhadores com o ensino médio completo (448 vagas), seguido com certo distanciamento pelos trabalhadores com ensino médio incompleto (251) e fundamental completo (250). Interessante notar que todos os níveis de escolaridade possuem movimentos semelhantes, e que o ranking do saldo por escolaridade se mantém nos anos de 2011 e 2013, quando foram majoritariamente ou totalmente positivos. Em 2012 com a maior parte dos saldos negativos, as faixas de escolaridade mais representativas (6^a a 9^a do fundamental, fundamental completo, médio incompleto e médio completo) obtiveram saldos muito semelhantes. Além do mais, destas faixas de escolaridade, o saldo positivo de 2013 é maior do que o negativo de 2012(Tabela 7).

Na análise segundo a faixa etária, destaca-se os empregados com 18 a 24 anos, com os maiores saldos, em termos absolutos, para todos os anos. Inclusive, há uma diferença relevante entre esta faixa etária e as demais. Em 2013, as três faixas etárias com maiores saldos (até 17¹², 25 a 29 e 30 a 39), sem considerar a faixa de 18 a 24 anos, somadas apresentaram saldo de 522 vínculos, enquanto o grupo de 18 a 24 anos obteve saldo de 574. Em relação ao comportamento dos saldos nos anos, percebe-se que há relativa uniformidade, com grande parte das faixas etárias com saldos positivos em 2011 e 2013, sendo o segundo maior que o primeiro, e 2012 negativo. A diferença se dá por conta dos trabalhadores até 17 anos, que apresentam saldos positivos para todos os anos (Tabela 7).

TABELA 7
Saldo de empregos formais por atividades segundo tamanho do estabelecimento APL
APL Metalmeccânico Pós-colheita, jan a ago de 2011, 2012 e 2013

Características do Trabalhador	2011	2012	2013
Homens	433	-316	941
Mulheres	70	-105	212
Analfabeto	1	1	1
Até 5ª Incompleto	-14	7	7
5ª Completo Fundamental	-5	1	14
6ª a 9ª Fundamental	31	-115	130
Fundamental Completo	81	-100	250
Médio Incompleto	182	-104	251
Médio Completo	200	-108	448
Superior Incompleto	7	-12	11
Superior Completo	20	9	41
Até 17 ⁽¹⁾	138	79	181
18 a 24	295	-155	574
25 a 29	24	-147	186
30 a 39	43	-125	155
40 a 49	12	-44	50
50 a 64	-5	-28	11
65 ou mais	-4	-1	-4
Total	503	-421	1.153

Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: DIEESE

(1) São considerados trabalhadores somente com mais de 14 anos

Em relação às famílias ocupacionais com maior participação no saldo positivo de vagas, destacam-se os *Alimentadores das linhas de produção* apresentando saldo de 471 vagas em

¹² São considerados somente trabalhadores com 14 anos ou mais.

2013, equivalente a 40,8% do saldo total deste ano; se comparado só ao saldo das 10 maiores famílias ocupacionais (939) *Alimentadores das linhas de produção* responde por metade deste valor. Em sequência aparecem os *Operadores de Equipamento de acabamento e de chapas e metais* (128) e *Trabalhadores de soldagem e corte de metais e compósitos* (83). As demais famílias ocupacionais possuem saldos semelhantes, sem nenhum destaque mais relevante. Já em relação às famílias ocupacionais que mais extinguiram vagas, não há destaques claros. Os saldos são distribuídos de maneira razoavelmente uniforme, com *Trabalhadores de estrutura de alvenaria* (-14) com o maior saldo negativo em 2013, sendo que o menor saldo negativo no período corresponde a -2, situação que corresponde a quatro famílias ocupacionais. Contudo, cabe ressaltar que a classificação das famílias ocupacionais segundo criação e extinção de vagas é feita de acordo com os saldos de 2013. Como a maior parte das famílias responsáveis pelos saldos positivos de 2013 são também responsáveis pelos saldos negativos de 2012, elas não aparecem com as famílias que mais extinguem vagas. Sendo assim, cabe descrever o desempenho destas famílias ocupacionais em 2012. Primeiramente cabe ressaltar que das 10 famílias que mais criaram novas vagas em 2013, seis (*Trabalhadores de soldagem e corte de metais e de compósitos*, *Alimentadores de linhas de produção*, *Operadores de equipamentos de movimentação de cargas*, *Operadores de máquinas de conformação de metais*, *Preparadores e operadores de máquinas-ferramenta convencionais* e *Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem*) estão entre as que mais extinguiram vagas em 2012. As 10 famílias que mais criaram vagas em 2013 extinguiram 259 vagas em 2012 (equivalente a 61,5% do total), enquanto que as 10 famílias que mais extinguiram vagas em 2012 responderam por -358 vagas (equivalente a 85,0% do total). Além do mais, *Trabalhadores de soldagem e corte de metais e de compósitos* e *Alimentadores de linhas de produção* que foram os dois maiores saldos de 2013, foram também os dois menores de 2012; -86 e -81 respectivamente. Por último, cabe ressaltar que as famílias ocupacionais diretamente ligadas à produção são as mais relevantes para a composição do saldo (Tabela 8).

A família ocupacional dos *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos* foi a única que apresentou saldo positivo em todos os anos analisados. *Ajustadores mecânicos polivalentes*, apesar de não obter saldo positivo todos os anos, obteve saldo nulo em 2012 e positivo nos outros dois.

TABELA 8
Saldo das famílias ocupacionais⁽¹⁾ com maior e menor saldo de vagas
APL Metalmeccânico Pós-Colheita, jan a ago de 2011, 2012 e 2013

Família Ocupacional	2011	2012	2013
Alimentadores de Linhas de Produção	288	-81	471
Operadores de Equipamentos de Acabamento de Chapas e Metais	87	-8	128
Trabalhadores de Soldagem e Corte de Metais e de Compósitos	31	-86	83
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	30	15	47
Preparadores e Operadores de Maquinas-Ferramenta Convencionais	16	-23	47
Ajustadores Mecânicos Polivalentes	21	0	42
Operadores de Maquinas de Conformação de Metais	20	-25	40
Operadores de Equipamentos de Movimentação de Cargas	-12	-46	30
Trabalhadores de Traçagem e Montagem de Estruturas Metálicas e de Compósitos	-8	10	27
Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem	-11	-15	24
Subtotal das 10 Famílias com maior saldo positivo	462	-259	939
Receptionistas	2	1	-2
Supervisores da Montagem Metalmeccânica	-1	1	-2
Marceneiros e Afins	-1	1	-2
Mecânicos de Manutenção de Veículos Automotores	1	-2	-2
Técnicos em Eletrônica	1	5	-3
Supervisores de Usinagem, Conformação e Tratamento de Metais	-4	-8	-3
Escriturários de Apoio à Produção	-5	-1	-5
Trabalhadores de Caldeiraria e Serralheria	4	-5	-6
Montadores de Máquinas Industriais	-14	-13	-8
Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria	-20	-12	-14
Subtotal das 10 Famílias com maior saldo negativo	-37	-33	-47
Saldo das demais Famílias ocupacionais	78	-129	261
Total	503	-421	1.153

Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: DIEESE

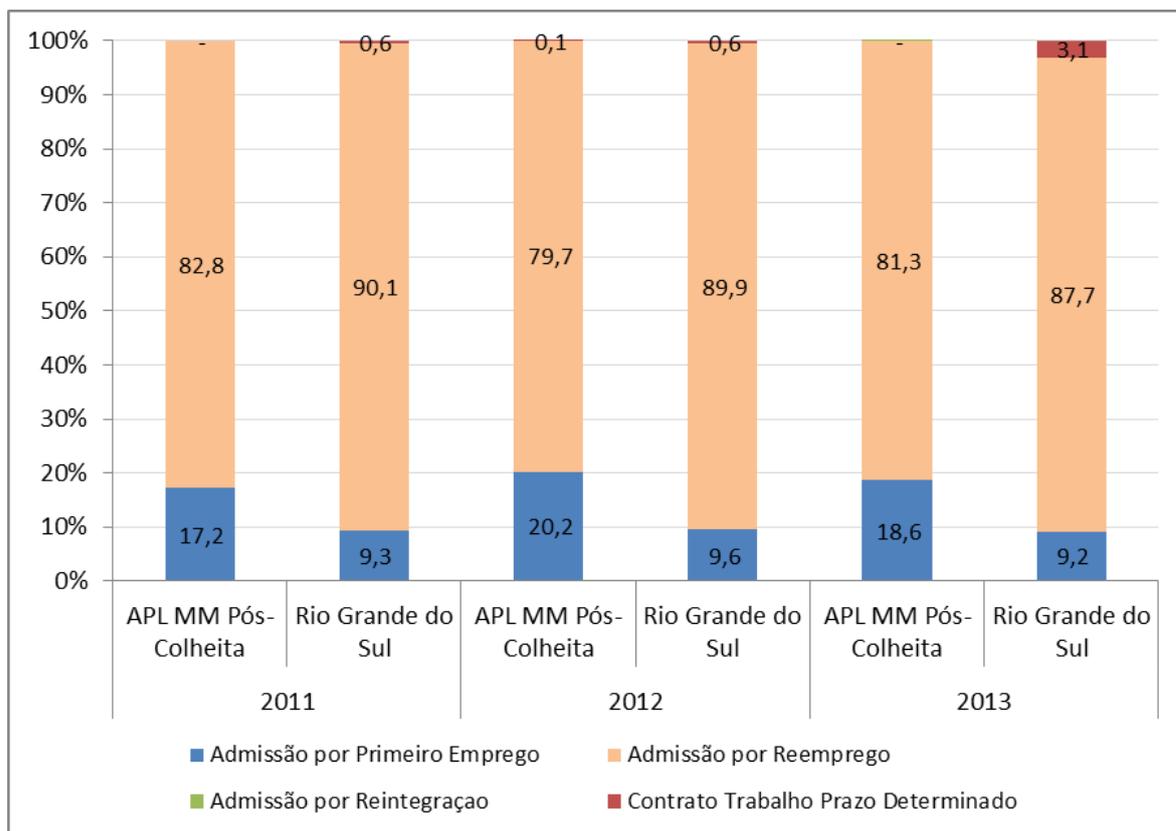
(1) Para obter a descrição sumária das atividades desenvolvidas por cada uma das Famílias ocupacionais apresentadas, bem como, a formação e experiência exigida para exercer as respectivas atividades conforme Código Brasileiro de Ocupações vide o Glossário de Famílias Ocupacionais no final deste relatório.

Das quatro modalidades de admissão (Admissão por primeiro emprego, Admissão por reemprego, Admissão por reintegração e Contrato de trabalho por tempo determinado) a Admissão por primeiro emprego e Admissão por reemprego representam praticamente a totalidade das admissões. Em 2013, apenas duas admissões não foram destes dois tipos.

Os admitidos por Reemprego representam, em 2013, 81,3% das contratações no APL, enquanto as admissões por primeiro emprego totalizaram 18,6%. Em comparação com as admissões ocorridas no estado (naquelas atividades econômicas que compõem o APL e excluindo os municípios que o compõem), verifica-se que estas possuem menor proporção de admitidos por primeiro emprego. No ano de 2013, percebe-se que as admissões por primeiro emprego no APL foram de 18,6%, enquanto que no estado este percentual foi de 9,2%. Em relação à distribuição ao longo dos anos, percebe-se relativa estabilidade da participação dos dois tipos de admissão no total. Chama atenção o fato de que em 2012 registrou-se a maior

proporção de trabalhadores contratados por primeiro emprego, justamente o ano com o pior saldo de todo o período.

GRÁFICO 2
Distribuição (%) das admissões segundo o tipo
Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e APL Metalmeccânico Pós-colheita, jan a ago de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

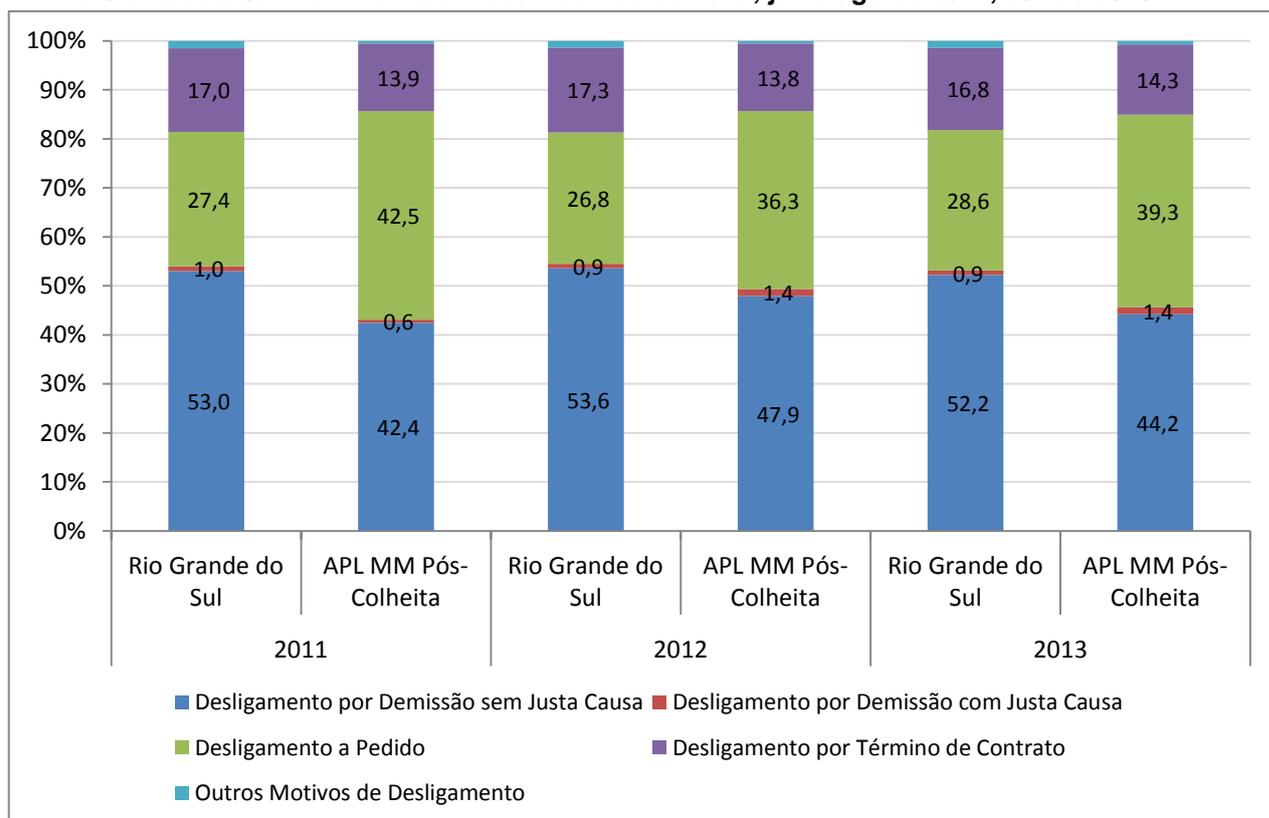
No que se refere aos desligamentos, das oito categorias em que os desligamentos são classificados (Desligamento por demissão sem justa causa, Desligamento por demissão com justa causa, Desligamento a pedido, Desligamento por término de contrato, Outros motivos de desligamento, Desligamento por aposentadoria, Desligamento por morte e Término contrato trabalho prazo determinado), três representam quase a totalidade, como mostra o Gráfico 3. Os trabalhadores desligados por Demissão sem justa causa respondem por 44,2% dos desligamentos em 2013, seguido por Desligamento a pedido (39,3%) e Desligamento por término de contrato (14,3%).

Apesar da semelhança do período em análise com os mesmos períodos dos anos de 2011 e 2012, há uma diferença importante. Como visto nos dados anteriores, 2012 é o único ano com

saldo negativo e apresenta uma diminuição considerável dos Desligamentos a pedido em relação ao ano de 2011 registra-se -6,2 p.p. e em relação ao ano de 2013 registra-se -3 p.p.

Comparando-se os desligamentos no APL com os desligamentos nas atividades econômicas que compõem o APL no estado do Rio Grande do Sul, excluindo-se os municípios do APL, nota-se algumas diferenças. O estado apresenta maior participação de Desligamentos por demissão sem justa causa (52,2% contra 44,2%) e Desligamentos por término de contrato (16,8% contra 14,3%), em relação aos seus desligamentos totais, do que o APL. A contrapartida é que o APL apresenta maior proporção de Desligamentos a pedido (39,3% contra 28,6%). Apesar destas proporções variarem para os anos de 2011 e 2012, a análise continua válida também para estes anos. A principal mudança se refere a 2011, cuja diferença entre Desligamentos a pedido entre o APL e o estado foi a maior dos três anos (15,1 p.p.).

GRÁFICO 3
Distribuição (%) dos desligamentos segundo o tipo
Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e APL Metalmeccânico Pós-colheita, jan a ago de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

Em relação ao tempo de permanência no emprego, chama atenção que, mais da metade (60,5%) dos trabalhadores desligados no APL Pós-colheita, no período de janeiro e agosto de

2013, possuíam menos de um ano no emprego, sendo que 40,7% não ultrapassaram seis meses no emprego e 25,5% deles foram desligados antes de completar três meses de trabalho, ou seja, ainda em contrato de experiência. Em comparação do mesmo período com anos anteriores, 2012 marca certa diferença com os anos de 2011 e 2013, a participação das faixas de tempo de emprego no saldo total é mais uniforme e diminui significativamente a proporção de trabalhadores com até três meses (25,5% em 2013 contra 18% em 2012). Contudo, o contingente significativo de trabalhadores com desligamentos de empregos com até um ano de trabalho se mantém, apesar de ser menor que 2012 (55,1%). Os dados se encontram na Tabela 9.

Na comparação com os dados para as mesmas atividades econômicas que compõem o APL nos demais municípios do Rio Grande do Sul, verifica-se uma ligeira piora. Para o estado o tempo de permanência é ainda menor. Os trabalhadores com menos de três meses representam 27,5% do saldo e aqueles que não completam um ano no estabelecimento somam 70,1% do total.

TABELA 9
Distribuição (%) dos desligamentos segundo o tempo de permanência no emprego
Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e APL Metalmeccânico Pós-colheita, jan a ago de 2011, 2012 e 2013

Faixa Tempo Emprego (em meses)	2011		2012		2013	
	Rio Grande do Sul	APL MM Pós Colheita	Rio Grande do Sul	APL MM Pós Colheita	Rio Grande do Sul	APL MM Pós Colheita
1,0 a 2,9	28,1	23,1	27,5	18,0	27,1	25,5
3,0 a 5,9	22,8	20,8	21,3	18,7	21,8	20,2
6,0 a 11,9	22,3	19,6	20,2	18,4	21,2	14,8
12,0 a 23,9	14,4	17,6	16,2	19,8	15,1	15,5
24,0 a 35,9	4,8	6,4	6,5	11,9	6,5	9,0
36,0 a 59,9	4,4	7,1	4,5	8,0	4,6	7,7
60,0 a 119,9	2,3	3,7	2,7	3,3	2,7	5,1
120,0 ou Mais	0,9	1,7	1,1	1,8	1,0	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

Em relação aos salários auferidos pelos trabalhadores do APL, nota-se que, o salário médio do APL, dos trabalhadores desligados é inferior, nos três anos analisados, ao dos trabalhadores admitidos. No período que compreende de janeiro a agosto de 2013, o salário médio dos desligados foi de R\$ 1.144 e o dos admitidos R\$ 1.074, ou seja, em média, o trabalhador admitido neste período recebia um salário que correspondia a 91,6% do salário médio do

trabalhador desligado. Para os três anos, ambos salários, apresentam aumento, apesar do aumento pouco expressivo do salário de desligamento entre 2012 e 2013 (Gráfico 4).

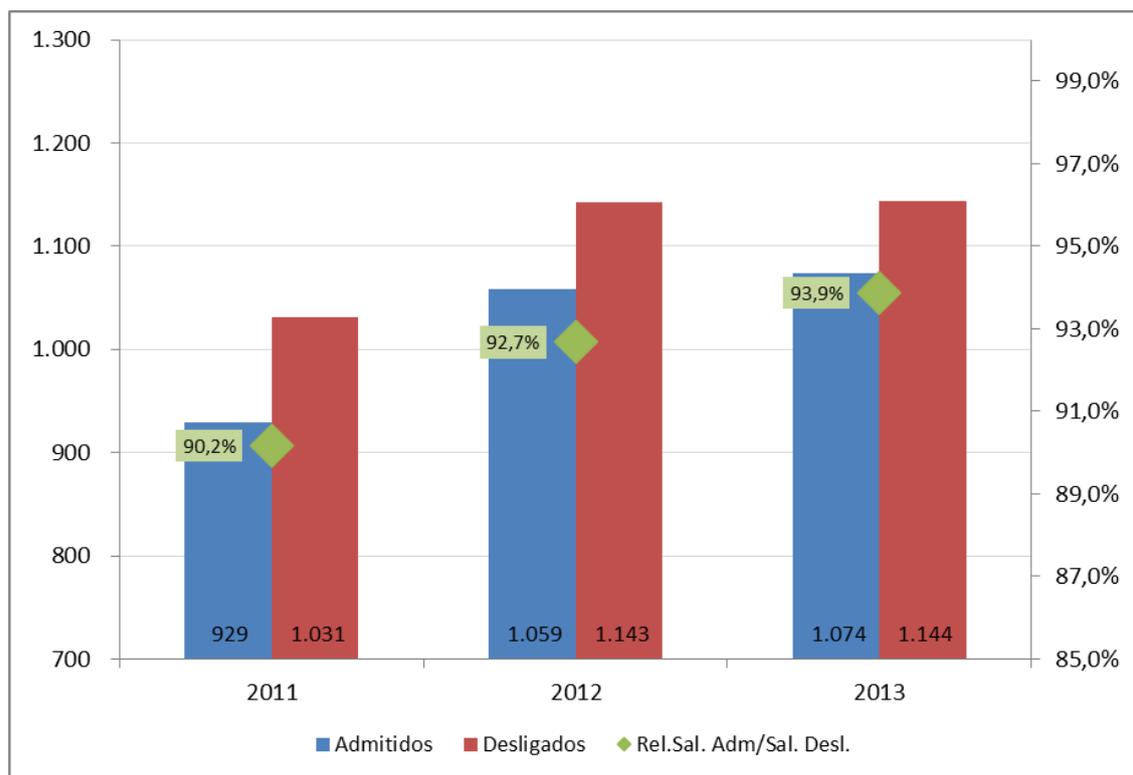


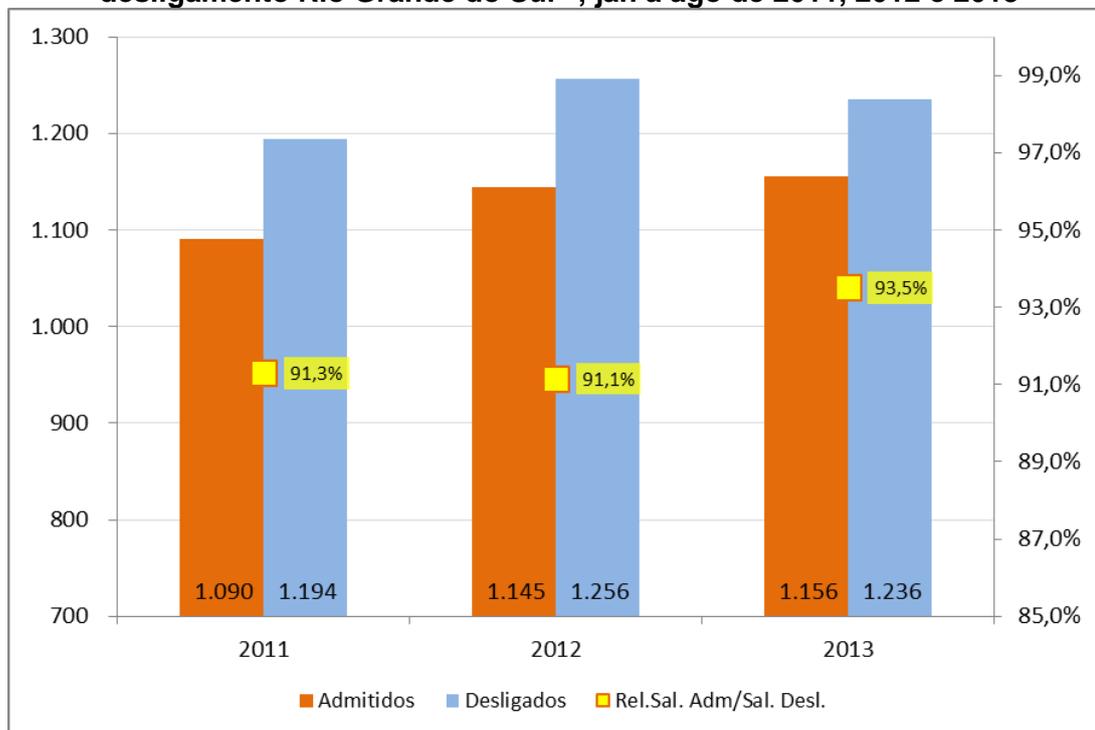
GRÁFICO 4

Salário médio real⁽¹⁾ de admissão e de desligamento e a relação salário de admissão e desligamento APL Pós-colheita, jan a ago de 2011, 2012 e 2013

(1) Em R\$ de Outubro de 2013, deflacionados pelo INPC.
Elaboração: DIEESE

Na comparação com o mesmo período de 2011 e 2012, nota-se redução neste hiato, a proporção em 2011 era de 90,2% e em 2012, 92,7%, ou seja, os salários de admissão cresceram mais rápido do que os de desligamento. O Gráfico 5 também descreve os salários das mesmas atividades econômicas do APL para o estado do Rio Grande do Sul (exceto os municípios do APL). Observa-se que, para os estado, os salários, tanto de admissão, quanto de desligamento, crescem (aumento real, à exceção do salário de desligamento entre 2012 e 2013) em comparação com os anos anteriores. A relação dos salários de admissão/desligamento se manteve praticamente constante entre 2011 e 2012 e aumentando ente 2012 e 2013, aumento de 2,4 p.p., devido em parte à diminuição do salário desligamento no período. Como pode ser visto a trajetória de crescimento dos salários é semelhante entre o estado e o APL. Para o APL, os salários de admissão tiveram crescimento de 7,9% 2011/2012 e permaneceram estáveis entre 2012/2013. Já para o estado, a variação foi de 5,1% e -1,6%, para 2011/2012 e 2012/2013, respectivamente. Em relação aos salários de desligamento, no APL o crescimento foi de 13,9% e 1,4% para 2011/2012 e 2012/2013, respectivamente, enquanto o estado, 5% e 0,9%.

GRÁFICO 5
Salário médio real⁽¹⁾ de admissão e de desligamento e a relação salário de admissão e desligamento Rio Grande do Sul⁽²⁾, jan a ago de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE/CAGED, 2011/2012/2013.

Elaboração: DIEESE

(1) Em R\$ de Outubro de 2013, corrigidos pelo INPC.

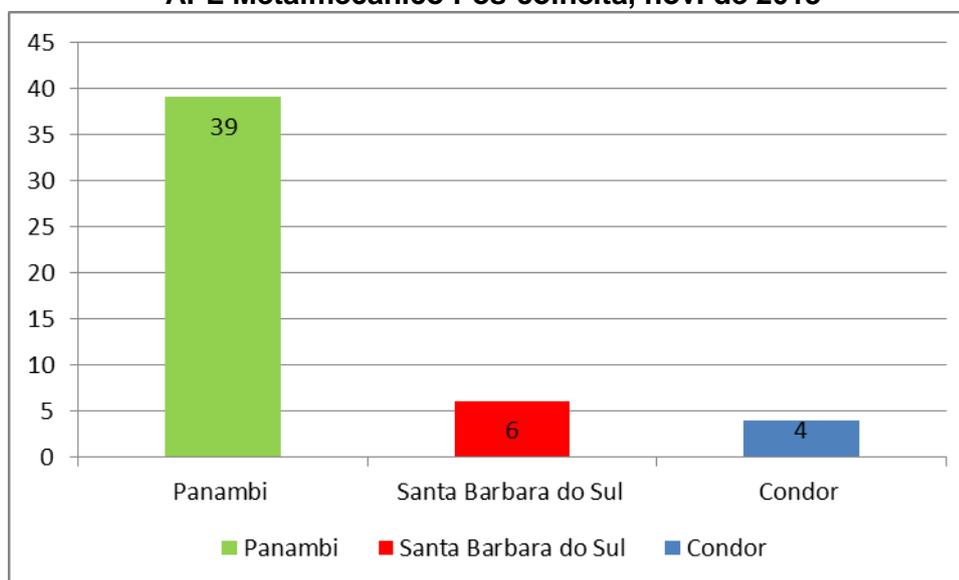
(2) Considerando apenas as atividades econômicas que compõem o APL e excluindo os municípios que compõem o APL.

3. OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS¹³ NO APL METALMECÂNICO PÓS-COLHEITA

O Rio Grande do Sul é o 5ª estado com maior número de Microempreendedores Individuais no Brasil, tendo registrado em novembro de 2013 mais de 199 mil, o que configura um importante contingente de trabalhadores que executam suas atividades produtivas sob essa modalidade de trabalho.

Entre as atividades econômicas que compõem o APL no setor Metalmeccânico Pós-colheira, os dados mais recentes de novembro 2013 revelam que há no estado 4.334 Microempreendedores Individuais, no entanto, na localidade de delimitação do APL, ou seja, no total dos municípios de Panambi, Condor e Santa Bárbara do Sul verifica-se o total de 49. Como pode ser visto no Gráfico 6, estes 49 Microempreendedores estão concentrados principalmente no município de Panambi (79,5%).

GRÁFICO 6
Distribuição⁽¹⁾ dos Microempreendedores Individuais entre os municípios que do APL
APL Metalmeccânico Pós-colheita, nov. de 2013



Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 25/Nov/2013.
Elaboração: DIEESE.

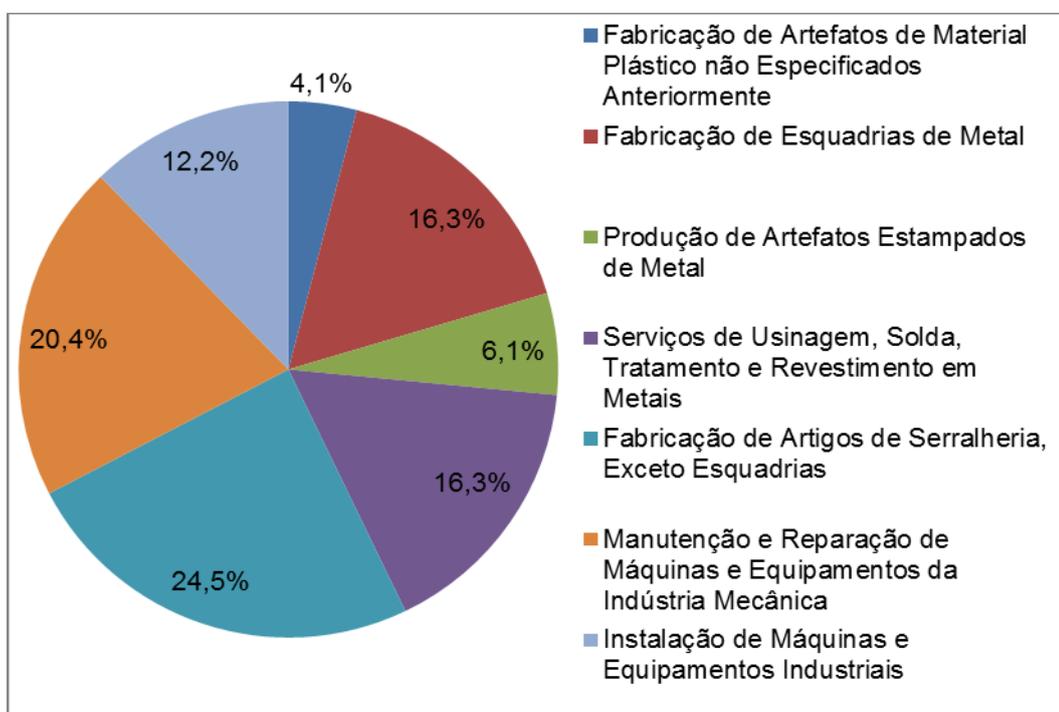
(1) O estoque refere-se ao total de empreendedores registrados no dia 31/12 de cada ano.

Em relação à distribuição entre atividades econômicas dos microempreendedores individuais do APL, como mostra o Gráfico 7, percebe-se que elas se encontram concentradas

¹³ Os totais de MEI inclui MEIs que formalizaram seu registro por meio do Portal do Empreendedor que formam a grande maioria, somados, aos empresários Individuais Microempresas (ME) que fizeram a opção, no Portal do Simples Nacional, de converter seus registros em Microempreendedores Individuais.

principalmente na *Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias* (24,5%) e *Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica* (20,4%). Na sequência, com menor destaque mas ainda relevante, vêm as atividades de *Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais* (16,3%) e *Fabricação de esquadrias de metal* (16,3%). Estas quatro atividades juntas somam 77,% dos MEIs. Interessante notar que a distribuição dos MEIs guarda pouca relação com a distribuição dos empregos formais e dos estabelecimentos.

GRÁFICO 7
Distribuição⁽¹⁾ dos Microempreendedores Individuais entre os municípios que do APL
APL MetalMecânico Pós-colheita, nov. 2013



CONCLUSÃO

O presente estudo buscou realizar uma análise conjuntural do mercado de trabalho do APL Metalmeccânico Pós-colheita. Tal análise foi separada em três grandes grupos: evolução comparativa dos saldos do emprego, as características dos trabalhadores e as características das vagas; além de uma análise da estrutura do mercado de trabalho formal. De cada um destes grupos, pode-se ressaltar alguns pontos de maior relevância.

Quanto à evolução dos saldos, chama atenção a concentração tanto econômica quanto territorial do APL, o município de Panambi responde pela quase totalidade estabelecimentos e empregos do APL. Além do mais, chama atenção o desempenho positivo dos pequenos estabelecimentos, com até quatro empregados, um dos poucos estabelecimentos que mantiveram saldo positivo para o período nos três anos analisados, apesar da forte concentração dos saldos nos estabelecimentos com 250 empregados ou mais.

Em relação às características dos trabalhadores, todas elas (sexo, escolaridade e faixa etária) apresentam peculiaridades importantes. Em relação ao sexo, percebe-se que os homens são mais suscetíveis às flutuações de emprego, respondendo por saldos, em magnitude, sempre significativamente superiores aos das mulheres.

Em relação à escolaridade, os trabalhadores com 6^a a 9^a do fundamental, fundamental completo e médio incompleto e completo respondem pela maior parte do saldo. No que se refere à faixa etária dos trabalhadores, os trabalhadores de 18 a 24 anos respondem pelos maiores saldos, apesar de que a única faixa etária que obteve saldos positivos para todos os anos, foram os trabalhadores até 17.

Foi possível identificar também que existe uma concentração na geração de vagas em poucas famílias ocupacionais, são elas: *Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto irrigação, Fabricação de Máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente e Fabricação de Máquinas e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica*. Além do mais, o que mais chama a atenção da classificação dos saldos por família ocupacional é que seis das dez famílias que mais criaram vagas em 2013 são também as que mais extinguiram vagas em 2012.

Verifica-se também que maior parte (81,3%) das admissões ocorridas no APL se dá por Reemprego sendo 18,6% por Primeiro Emprego; ressalta-se ainda que na comparação das mesmas atividades do APL no restante do estado do Rio Grande do Sul (ou seja, excluindo o território do APL) o APL Pós-colheita revela para todos os períodos analisados percentuais superiores de participação na contratação por Primeiro Emprego.

Na análise dos motivos de desligamento observa-se que 44,2% dos trabalhadores foram desligados por iniciativa do empregador sem justa causa, e, 39,3% por pedido de demissão. E, em comparação com o estado, observa-se que, no APL, o percentual de trabalhadores que pedem demissão é maior para todos os períodos analisados, apresentando maior magnitude naqueles períodos em que o saldo total das vagas foi positivo. Quando ao tempo de permanência no emprego ressalta-se que a maior parte dos desligados (6,5%) não completam um ano no trabalho, sendo que, pouco mais de um quarto não chega nem a três meses; embora na comparação com o estado (considerando as atividades do APL em outros territórios que não o do APL) os trabalhadores do APL registram permanência média de mais tempo.

Os trabalhadores admitidos no APL Pós-colheita recebem em média R\$ 1074 mensais, e, os desligados R\$ 1144, ambos os valores superiores à média paga, para as mesmas atividades fora do território do APL no estado. Observa-se que há um crescimento real na comparação com o mesmo período dos dois anos imediatamente anteriores, sendo maior entre 2011 e 2012 do que entre 2012 e 2013.

Em relação aos Microempreendedores individuais, foi identificado, no ano de 2013, o registro de 49 no APL Metalmecânico Pós-colheita, que estão fortemente concentrados no município de Panambi. Já quanto à distribuição pelas atividades econômicas, nenhuma delas apresenta forte concentração. *Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias*, que responde pela maior parte dos MEIs, concentra 24,5%.

REFERENCIAS

GUERRERO, G.; CONCEIÇÃO, C. **Identificação e classificação das aglomerações produtivas e dos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Rio Grande do Sul.** Textos para discussão FEE. Porto Alegre: n 12, março de 2011.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Estatísticas. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em Nov. de 2013.

GLOSSÁRIO

Arranjos produtivos locais: aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social (Lei 13.839 de 5 dezembro de 2011).

Atividade econômica: Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal. O IBGE possui, dentre outras, uma classificação de nove setores de atividade econômica: extrativa mineral; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio; serviços; administração pública; agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca; e ‘outros’.

CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados): É um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego, de periodicidade mensal e que contém as declarações de estabelecimentos com movimentação (admissões ou desligamentos) prestada até o dia 7 do mês subsequente à movimentação.

CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Foi instituída pela portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, e tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares.

Clusters: Termo em inglês que significa “blocos” ou “agrupamentos”. No setor industrial é um termo utilizado para destacar agrupamentos ou ramos industriais.

CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas): É um instrumento padrão de classificação para identificação das unidades produtivas do Brasil, sob o enfoque das atividades econômicas existentes. É desenvolvida sob a coordenação do IBGE, de forma compatível com a *International Standard Industrial Classification* – ISIC, terceira revisão aprovada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em 1989 e recomendada como instrumento de harmonização das informações econômicas em âmbito internacional.

Família ocupacional: cada família ocupacional constitui um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho mais amplo que aquele da ocupação.

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor é medido pelo IBGE em 11 capitais brasileiras. Consideram-se apenas famílias com renda entre 1 e 8 salários mínimos.

RAIS (Relação Anual de Informações Sociais): É um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego. Trata-se de uma espécie de censo anual, dado que todos os estabelecimentos que tenham vínculos empregatícios (celetistas ou estatutários), inclusive aqueles estabelecimentos que, nesse ano, não tenham vínculos empregatícios (RAIS Negativa), devem responder. Em geral, o prazo para a entrega da RAIS é sempre no início do mês de março, referente ao ano base imediatamente anterior.

Saldo do emprego: resultado da diferença entre admissões e desligamentos nos estabelecimentos declarantes do CAGED. Indica o emprego efetivamente criado no período.

Variação percentual do estoque de emprego (%): Indica o aumento ou a diminuição do estoque do emprego em decorrência da criação/perda de empregos no período. É calculado através da fórmula: saldo da movimentação do mês/ano ÷ estoque inicial do mesmo mês de referência x 100.

GLOSSÁRIO DAS FAMÍLIAS OCUPACIONAIS

Alimentadores de Linhas de Produção: Preparam materiais para alimentação de linhas de produção; organizam a área de serviço; abastecem linhas de produção; alimentam máquinas e separam materiais para reaproveitamento. Formação e Experiência: o trabalho é exercido por pessoas com escolaridade de quarta à sétima série do ensino fundamental, acrescido de curso de qualificação profissional de nível básico, com no máximo, duzentas horas de duração. O exercício pleno da função se dá em menos de um ano de experiência profissional.

Operadores de equipamentos de acabamento de chapas e metais: Preparam acabamento de materiais metálicos, realizam tratamento térmico em chapas e metais e controlam a qualidade dos produtos. Identificam e bobinam produtos metálicos e controlam o fluxo e o processo de acabamento. Laminam tarugos e tiras de aço e preparam sucata e escória. Trabalham em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental. Formação e experiência: para o exercício dessas ocupações requer-se ensino médio concluído e curso técnico na área de atuação oferecido por instituições de formação profissional ou escolas técnicas. O pleno desempenho das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência profissional. A exceção fica por conta do preparador de sucatas para o qual se requer a quarta série do ensino fundamental e prática profissional no posto de trabalho. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Trabalhadores de soldagem e corte de metais e de compósitos: Unem e cortam peças de ligas metálicas usando processos de soldagem e corte, tais como eletrodo revestido, TIG, MIG, MAG, oxigás, arco submerso, brasagem, plasma. Preparam equipamentos, acessórios, consumíveis de soldagem e corte e peças a serem soldadas. Aplicam estritas normas de segurança, organização do local de trabalho e meio ambiente. Formação e experiência: espera-se que os profissionais da família tenham concluído, pelo menos, a quarta série do ensino fundamental e cursos de qualificação profissional de duração variada, com até duzentas horas para a maioria das ocupações e mais de quatrocentas horas para brasador. As habilidades plenas para o exercício das atividades demandam uma experiência anterior em torno de um a dois anos. Algumas atividades de soldagem podem exigir qualificação ou certificação do soldador em organismo credenciado. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos: Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades. Formação e experiência: para o acesso às ocupações dessa família ocupacional requer-se o ensino médio completo, curso básico de qualificação de até duzentas horas/aula e de um a dois anos de experiência profissional. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Preparadores e operadores de máquinas-ferramenta convencionais: Preparam, regulam e operam máquinas-ferramenta que usinam peças de metal e compósitos e controlam os parâmetros e a qualidade das peças usinadas, aplicando procedimentos de segurança às tarefas realizadas. Planejam sequências de operações, executam cálculos técnicos; podem implementar ações de preservação do meio ambiente. Dependendo da divisão do trabalho na empresa, podem apenas preparar ou operar as máquinas-ferramenta. Formação e experiência: para o exercício dessas ocupações requer-se o ensino fundamental e cursos de qualificação profissional de mais de quatrocentas horas/aula, no caso do preparador de máquinas-ferramenta e entre duzentas e quatrocentas horas para as demais ocupações. O exercício pleno das atividades requer

entre um e dois anos de experiência, sendo que as maiores exigências recaem no profissional que atua com mandriladora. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Ajustadores mecânicos polivalentes: Planejam e organizam o local de trabalho para execução de atividades de ajustagem mecânica. Fabricam, reparam, realizam manutenção e instalam peças e equipamentos, segundo normas de qualidade e segurança do trabalho. Calibram instrumentos de medição e traçagem. Formação e experiência: as ocupações requerem escolaridade de, no mínimo, o ensino fundamental completo e passagem por cursos de qualificação profissional de mais de quatrocentas horas de duração. A experiência profissional para desenvolver plenamente as atividades gira entre três e cinco anos. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Operadores de máquinas de conformação de metais: Dobram chapas e barras metálicas. Curvam tubos, chapas e barras de metais. Conformam peças de metais por prensagem hidráulica e excêntrica. Cortam chapas de metais. Controlam a qualidade de chapas, barras e tubos de metais. Realizam manutenção de máquinas e matrizes. Formação e experiência: para o exercício dessas ocupações requer-se ensino fundamental e curso básico de qualificação profissional com até duzentas horas/aula. O exercício pleno das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência profissional. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Operadores de equipamentos de movimentação de cargas: Preparam movimentação de carga e a movimentam. Organizam carga, interpretando simbologia das embalagens, armazenando de acordo com o prazo de validade do produto, identificando características da carga para transporte e armazenamento e separando carga não-conforme. Realizam manutenções previstas em equipamentos para movimentação de cargas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Formação e experiência: para o exercício dessas ocupações requer-se a quarta série do ensino fundamental e curso básico de qualificação profissional em torno de duzentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre com até um ano de experiência profissional. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Trabalhadores de traçagem e montagem de estrutura metálicas e de compósitos: Confeccionam gabaritos e modelos de peças de estruturas metálicas diversas, incluindo estruturas de embarcações e aeronaves; preparam peças da estrutura; montam, instalam e recuperam estruturas metálicas. Realizam manutenção produtiva de máquinas e equipamentos. Organizam o local de trabalho para executá-lo conforme normas e procedimentos técnicos, de qualidade, segurança e preservação do meio ambiente. Formação e experiência: para o exercício dessas ocupações requer-se ensino fundamental e curso básico de qualificação profissional com até duzentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre com a prática no próprio local de trabalho. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Trabalhadores de embalagem e etiquetagem: Preparam máquinas e local de trabalho para empacotar e envasar; embalam produtos e acessórios; enfardam produtos, separando, conferindo, pesando e prensando produtos; realizam pequenos reparos em máquinas, identificando falhas, regulando-as, substituindo pequenas peças e testando seu funcionamento. Formação e experiência: essas ocupações são exercidas por trabalhadores com escolaridade de ensino fundamental concluído e aprendem as atividades ocupacionais no próprio emprego. Para o exercício pleno da função é necessário o tempo de menos de um ano de experiência

profissional. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Receptionistas: Recepcionam e prestam serviços de apoio a clientes, pacientes, hóspedes, visitantes e passageiros; prestam atendimento telefônico e fornecem informações em escritórios, consultórios, hotéis, hospitais, bancos, aeroportos e outros estabelecimentos; marcam entrevistas ou consultas e recebem clientes ou visitantes; averigam suas necessidades e dirigem ao lugar ou a pessoa procurados; agendam serviços, reservam (hotéis e passagens) e indicam acomodações em hotéis e estabelecimentos similares; observam normas internas de segurança, conferindo documentos e idoneidade dos clientes e notificando seguranças sobre presenças estranhas; fecham contas e estadas de clientes. Organizam informações e planejam o trabalho do cotidiano. Formação e experiência: Essas ocupações requerem o ensino médio completo, exceto o recepcionista de hotel que tem como pré-requisito o ensino superior incompleto. É desejável curso básico de qualificação de até duzentas horas/aula e de um a dois anos de experiência profissional para o recepcionista, em geral. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Supervisores de montagem metalmecânica: Supervisionam equipes de trabalho na produção e montagem de equipamentos em indústrias da metalmecânica. Elaboram e seguem informações da documentação técnica tais como relatórios, cronogramas de produção, montagem de equipamentos e manuais de operação de equipamentos. Controlam recursos e processos da produção e administram resultados da produção. Desenvolvem novos fornecedores e equipes de trabalho. Prestam assessoria para o estabelecimento de políticas e metas da empresa. Coordenam ações voltadas para o meio ambiente e segurança do trabalho. Formação e experiência: para o exercício dessas ocupações requer-se o curso de formação profissional com equivalência ao ensino médio completo oferecido por instituições de formação profissional ou escolas técnicas. O pleno desempenho das atividades ocorre, em média, com cinco anos de prática profissional. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Marceneiros e afins: Preparam o local de trabalho, ordenando fluxos do processo de produção, e planejam o trabalho, interpretando projetos desenhos e especificações e esboçando o produto conforme solicitação. Confeccionam e restauram produtos de madeira e derivados (produção em série ou sob medida). Entregam produtos confeccionados sob medida ou restaurados, embalando, transportando e montando o produto no local da instalação em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de segurança, qualidade, higiene e preservação ambiental. Formação e experiência: para o exercício dessas ocupações requer-se ensino médio concluído e curso básico de qualificação profissional com mais de quatrocentas horas/aula, oferecido por instituições de formação profissional. O pleno desempenho das atividades ocorre com, no mínimo, cinco anos de experiência profissional. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Mecânicos de manutenção de veículos automotores: Elaboram planos de manutenção; realizam manutenções de motores, sistemas e partes de veículos automotores. Substituem peças, reparam e testam desempenho de componentes e sistemas de veículos. Trabalham em conformidade com normas e procedimentos técnicos, de qualidade, de segurança e de preservação do meio ambiente. Formação e experiência: para o exercício dessas atividades requer-se ensino fundamental completo e curso profissionalizante em mecânica de manutenção de veículos automotores superior a quatrocentas horas/aula e cursos básicos de noções de eletricidade e eletrônica. O pleno exercício das atividades ocorre após três ou quatro anos de experiência profissional. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Técnicos em eletrônica: Consertam e instalam aparelhos eletrônicos, desenvolvem dispositivos de circuitos eletrônicos, fazem manutenções corretivas, preventivas e preditivas, sugerem mudanças no processo de produção, criam e implementam dispositivos de automação. Treinam, orientam e avaliam o desempenho de operadores. Estabelecem comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigem documentação técnica e organizam o local de trabalho. Podem ser supervisionados por engenheiros eletrônicos. Consertam e instalam aparelhos eletrônicos, desenvolvem dispositivos de circuitos eletrônicos, fazem manutenções corretivas, preventivas e preditivas, sugerem mudanças no processo de produção, criam e implementam dispositivos de automação. Treinam, orientam e avaliam o desempenho de operadores. Estabelecem comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigem documentação técnica e organizam o local de trabalho. Podem ser supervisionados por engenheiros eletrônicos. Formação e experiência: Para ingressar nessas ocupações é necessário que os profissionais tenham registro no CREA e formação técnica de nível médio em eletrônica ou em áreas afins, como mecatrônica, eletroeletrônica, eletromecânica ou técnico em manutenção eletrônica e manutenção de equipamentos de informática. É desejável possuir curso de especialização complementar ou de atualização com duração superior a quatrocentas horas/aula. A atuação como técnico titular ocorre normalmente com três a cinco anos de experiência, dependendo da área de atuação.

Supervisores de usinagem, conformação e tratamento de metais: Coordenam, orientam e treinam equipes de trabalho de usinagem, conformação e tratamento de metais, nos métodos, processos produtivos e da qualidade. Organizam equipamentos utilizados nos processos de produção, estruturando arranjos físicos e células de trabalho. Monitoram processos de usinagem, conformação e tratamento dos metais. Garantem a programação da produção, dimensionando disponibilidade dos equipamentos e definindo pessoal em função do tipo, da especificação do serviço, das prioridades e da sequência da produção. Gerenciam recursos materiais, monitoram procedimentos e normas do sistema de qualidade da empresa. Coordenam ações voltadas para o meio ambiente e segurança do trabalho e elaboram documentação técnica. Formação e experiência: para o exercício dessas ocupações requer-se o curso de formação profissional com equivalência ao ensino médio completo oferecido por instituições de formação profissional ou escolas técnicas. O pleno desempenho das atividades ocorre, em média, com cinco anos de prática profissional. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Escriturários de apoio à produção: Apontam a produção e controlam a frequência de mão-de-obra. Acompanham atividades de produção, conferem cargas e verificam documentação. Preenchem relatórios, guias, boletins, plano de carga e recibos. Controlam movimentação de carga e descarga nos portos, terminais portuários e embarcações. Podem liderar equipes de trabalho. Formação e experiência: para o exercício dessas ocupações requer-se ensino médio e, adicionalmente, no caso dos conferentes de carga e descarga, curso profissionalizante de até duzentas horas/aula. Muitas das atividades dessas ocupações estão sendo realizadas de forma eletrônica, alterando o perfil desses trabalhadores. Há uma tendência de apontadores acumularem outras funções. O desempenho pleno das atividades ocorre, geralmente, após um ano de experiência. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Trabalhadores de caldeiraria e serralheria: Confeccionam, reparam e instalam peças e elementos diversos em chapas de metal como aço, ferro galvanizado, cobre, estanho, latão, alumínio e zinco; fabricam ou reparam caldeiras, tanques, reservatórios e outros recipientes de chapas de aço; recortam, modelam e trabalham barras perfiladas de materiais ferrosos e não-ferrosos para fabricar esquadrias, portas, grades, vitrais e peças similares. Formação e experiência: as ocupações requerem nível de instrução mínimo equivalente ao ensino fundamental (ou 1º grau completo) e sua aprendizagem poderá se dar por intermédio de cursos de qualificação profissional de curta duração até duzentas horas; é desejável que os titulares as ocupações apresentem experiência anterior por um período de três a quatro anos. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Montadores de máquinas industriais: Montam e desmontam máquinas industriais, operam instrumentos de medição mecânica, ajustam peças mecânicas, lubrificam, expedem e instalam máquinas, realizam manutenções corretivas e prestam assistência técnica-mecânica de máquinas industriais. Formação e experiência: para o exercício dessas ocupações requer-se ensino fundamental concluído e curso básico de qualificação profissional de duzentas a quatrocentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre entre três e quatro anos de experiência profissional. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

Trabalhadores de estrutura de alvenaria: Organizam e preparam o local de trabalho na obra; constroem fundações e estruturas de alvenaria. Aplicam revestimentos e contrapisos. Formação e experiência: o grau de escolaridade exigido para atuar como profissional dessa área é o ensino fundamental. O aprendizado, geralmente, ocorre no canteiro de obras ou ainda pode ser obtido em escolas de formação profissional da área de construção civil. Para o pleno desenvolvimento das atividades requer-se experiência entre um e dois anos. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do Decreto 5.598/2005.

ANEXOS

ANEXO 1

Classes de Atividade Econômica e Municípios que compõem o APL do Setor MetalMecânico Pós Colheita do estado do Rio Grande do Sul

Classe	Descrição
2229-3	Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente
2511-0	Fabricação de estruturas metálicas
2512-8	Fabricação de esquadrias de metal
2513-6	Fabricação de obras de caldeiraria pesada
2532-2	Produção de Artefatos de Metal
2539-0	Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais
2542-0	Fabricação de artigos e serralheria, exceto esquadrias
2543-8	Fabricação de ferramentas
2591-8	Fabricação de embalagens metálicas
2599-3	Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente
2610-8	Fabricação de componentes eletrônicos
2651-5	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle
2731-7	Fabricação de aparelhos, equipamentos para a distribuição e controle de energia elétrica
2822-4	Fabricação de máquinas e equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas e pessoas
2829-1	Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente
2833-0	Fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura, pecuária, exceto para irrigação
2840-2	Fabricação de máquinas-ferramentas
2861-5	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramentas
2869-1	Fabricação de máquinas e equipamentos para o uso industrial e específico não especificado anteriormente
3314-7	Manutenção e Reparo de Máquinas e Equipamentos
3321-0	Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais
4120-4	Construção de Edifícios

DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS ABRANGENTES AO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL METALMECÂNICO PÓS-COLHEITA: PANAMBI, CONDOR E SANTA BÁRBARA DO SUL.

Fonte: AGDI

Disponível em: http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1345731944_Delimitacao%20APL%20Metalmeccanico%20Pos-colheita.pdf